



04/10/2021

LEI MUNICIPAL Nº 2.303/2021 DE 04/10/2021.

SANCIONA E PROMULGA O PROJETO DE
LEI Nº 089/2021 DE 23/08/2021, QUE
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A DISPOR SOBRE AS
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022.

MARCOS VENICIOS EVADLT DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Morrinhos do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES de Morrinhos do Sul aprovou e EU Sanciono e Promulgo a seguinte LEI:

Capítulo I - Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 156 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2022, compreendendo:

- I - as metas e as prioridades da administração municipal;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único - Integram esta lei os seguintes anexos:

I - Anexo I, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:

- a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
- b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2020;
- c) das metas fiscais previstas para 2022, 2023 e 2024, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2019, 2020 e 2021;
- d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
- e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

f) da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

g) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;

h) da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000, cujo resultado, caso negativo, é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC, ou, se positivo, de espaço para a criação de novas DOCC.

II – Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.

III – Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações com execução prevista para próximo exercício, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

IV – Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Capítulo II - Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de déficit primário consolidado, de R\$ - .2.215.000,00, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.

§ 1º - A meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º - Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º - Se prejuízo do disposto no art. 65, II, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta resultado primário poderá ser revisada em decorrência da frustração da arrecadação das receitas que são objeto das transferências previstas nos arts. 158, 159 e 212-A da Constituição Federal, ou em decorrência da instabilidade do cenário econômico e fiscal devido aos reflexos do enfrentamento da Pandemia denominada COVID-19.

§ 4º - Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores da arrecadação acumulada do exercício, em comparação com igual período do ano anterior.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

§ 5º - Nas hipóteses de ajustes da meta de resultado primário, e para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada.

Art. 3º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2022 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentária estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2022/2025 - Lei nº, de 2.277/2021 de 28/06/2021 e suas alterações, estão especificadas no Anexo III desta Lei.

§ 1º - As metas e prioridades de que trata o *caput*, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º - Na hipótese prevista no parágrafo 1º, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Capítulo III - Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º - Na lei de orçamento, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária e natureza de despesa, detalhada até o nível de elemento.

§ 1º - O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º - O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º - Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria n.º 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 4º - Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal n.º 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 5º - As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§ 6º - Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º - Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

Parágrafo único - As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema Integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 163, inciso III da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único - Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita por origem e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;

VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, no que couber, ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, conforme metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 04/2021, do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, inclusive os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de que trata a Lei Federal nº 14.113/2020;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;

X - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2022, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do seu estoque nos últimos três anos, a situação provável no final de 2021 e a previsão para o exercício de 2022;

V - relação dos precatórios a serem cumpridos em 2022 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VI - relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às priorizações.

Art. 9º - Deverão ser discriminadas em ações orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar;

II - às ações de transporte escolar;

III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

IV - à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;

V - à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;

VI - ao pagamento de sentenças;

VII - às despesas com publicidade institucional;

VIII - às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;

IX - ao pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social;

X - ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

IV - ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e

V - ao Regime Próprio de Previdência Social;

Art. 12 - A elaboração, a aprovação e execução do orçamento obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º - A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

§ 3º - Durante a vigência de medidas restritivas à circulação e reunião de pessoas em decorrência Emergência em Saúde Pública em decorrência do coronavírus (COVID-19), as audiências públicas de que trata este artigo serão realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Art. 13 - Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2022.

§ 1º - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º - Para fins da fixação da despesa orçamentária da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 04/2021 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de agosto, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14 - Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão destinadas dotações para novos projetos para investimentos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito ou de alienação de bens, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2022, em cada evento de contratação, não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do caput do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 2º - No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento, não exceda a 10 vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16 - Deverão ser observados os seguintes requisitos, no caso de aumento de despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental:

I - se for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de:

- a) aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou
- b) redução permanente de despesas.

II - se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, dispensada a apresentação de medida compensatória.

Parágrafo único - No caso de criação ou aumentos de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17 - O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

§ 1º - Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 2º - Caberá À Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento organizar a formação de Grupos Setoriais de Custos, oportunizando o acesso a treinamentos, reuniões técnicas e outros eventos a serem realizados com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Municipal.

§ 3º - As informações sobre a previsão e execução física e financeira dos programas finalísticos, cujos totalidade de recursos contemplados no respectivo orçamento seja superior a R\$ 400.000,00 deverão ser objeto de destaque no relatório de avaliação das metas fiscais do último quadrimestre do exercício, a ser apresentado em audiência pública na forma do art. 25 desta Lei.

Seção II - Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 18 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - das receitas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais;

III - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo;

IV - de aportes de recursos do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único - O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III - Da programação financeira e limitação de empenhos

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º - O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterà:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000
Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149
CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV - dotação para materiais de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII – despesas com publicidade institucional;

VIII - horas extras.

§ 1º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2020, observada a vinculação de recursos.

§ 2º - Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

§ 3º - o montante da limitação a ser promovida pelos Poderes Executivo e Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as dotações das despesas ressalvadas de limitação de empenho, na forma prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º - Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o § 3º, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 5º - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º - Sem prejuízo das disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação.

Art. 21 - Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º - Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2º - Para fins do disposto no § 2º do art. 168 da Constituição Federal, até o último dia útil do exercício de 2022, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º - O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2023.

Art. 22 - As dotações dos projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentadas se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, o ingresso no fluxo de caixa será considerado garantido a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos que impliquem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

aumento dos valores a serem transferidos, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º - A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23 - A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º - os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 2º - A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 24 - Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

§ 1º - No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no *caput*, a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar subordinam-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, observadas, no que couber, as regras de restos a pagar definidas na Instrução Normativa nº 04/2021, do Tribunal de Contas ou norma que lhe for superveniente.

Art. 25 - As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.

§ 1º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

§ 2º - Durante a vigência de medidas restritivas à circulação e reunião de pessoas em decorrência Emergência em Saúde Pública em decorrência do coronavírus (COVID-19), as audiências públicas de que trata este artigo serão realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Seção IV - Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - Os recursos alocados na Lei Orçamentária para pagamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º - Nos casos de abertura de créditos suplementares e especiais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2021, por fonte de recursos;
- II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2022;
- III - valores do superávit já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV - saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º - Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6º - Os créditos adicionais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 4.º desta Lei.

Art. 27 - No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2022, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 28 - Quanto necessária, a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por ato do Poder Executivo, até 30 de junho de 2022.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Parágrafo único - A codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2022, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29 - O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, conforme as definições do art. 4º desta Lei.

§ 1º - Para fins do disposto no caput, considera-se:

I - Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;

II - Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra;

III - Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de trabalho.

§ 2º - As transposições, transferências ou remanejamentos deverão ser destinados a categoria de programação existente e não poderão resultar em alteração do total da despesa autorizada na Lei Orçamentária, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30 - Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único - O disposto no caput também se aplica no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V - Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31 - Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2021, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2021, já tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do valor contratado.

Seção VI - Das Disposições Relativas às Emendas ao Projeto de Lei de Orçamento

Subseção I – Disposições Gerais

Art. 32 - Toda e qualquer emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 2.277/2021 de 28/06/2021 - Plano Plurianual 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que resultem na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

§ 2º - Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III - as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

IV - as emendas que reduzirem em mais de 10% (dez por cento) o montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público e para os projetos arrolados no Anexo IV desta Lei.

§ 3º - Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Subseção II - Do Regime de Aprovação e Execução das Emendas Individuais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Art. 33 - Sem prejuízo do disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, o regime de aprovação e execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária atenderá ao disposto nesta subseção.

Art. 34 - É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecido no § 11 do art. 166 da Constituição.

§ 1º - Considera-se equitativa a execução das programações que atenda, de forma objetiva, igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 2º - Caso as emendas de que trata esta subseção contemplem recursos para entidades privadas sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições, os autores deverão indicar, quando necessário, na forma e prazos estabelecidos pelo Poder Executivo, os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para efeito da aplicação do disposto no § 1º.

§ 3º - A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho, a liquidação da despesa e o respectivo pagamento.

§ 4º - Na ocorrência de situação que determine a limitação de empenhos e movimentação financeira nos termos do art. 20 desta Lei, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas individuais poderá ser reduzida na mesma proporção.

Art. 35 - Para fins de atendimento ao disposto nesta Subseção, o Projeto de Lei Orçamentária conterá reserva de contingência específica em valor equivalente 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício, sendo 0,6% (seis décimos por cento) de recursos livres e 0,6% (seis décimos por cento) de recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais.

§ 1º - Para fins de cálculo do valor da Receita Corrente Líquida de que trata o caput, considerar-se-á a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 04/2021, do Tribunal de Contas do Estado ou a norma que lhe for superveniente.

§ 2º - O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no caput pelo número de vereadores com assento da Câmara Municipal.

§ 3º - É vedada qualquer forma de cessão ou transferência entre vereadores ou entre bancadas, do limite individual de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º - Não será obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas individuais do autor que desatender os critérios estabelecidos nesta subseção, sendo os recursos correspondentes revertidos à reserva de contingência, os quais poderão ser utilizados pelo Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Art. 36 - Para fins do disposto no § 13 do art. 166 da Constituição, serão considerados impedimentos de ordem técnica quaisquer situações ou eventos de ordem fática ou legal situações que obstam ou suspendem a execução da programação orçamentária das emendas durante o exercício financeiro de 2022, em consonância com as regras e os princípios que regem a administração pública.

§ 1º - Sem prejuízo de outros critérios e procedimentos adicionais que venham a ser estabelecidos em ato do Poder Executivo, são consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica:

I - não indicação, pelo autor da emenda individual, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor da emenda;

II - não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos na Seção VII do Capítulo IV desta Lei, no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições;

III - desistência expressa do autor da emenda;

IV - incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;

V - no caso de emendas relativas à aquisição de equipamentos ou execução de obras ou instalações:

a) incompatibilidade do valor proposto com o custo de aquisição dos insumos ou equipamentos ou, no caso de obras, com o cronograma físico financeiro de execução do projeto que permita, no mínimo, a conclusão de etapa útil com funcionalidade que permita o usufruto dos benefícios pela sociedade;

b) ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão responsável, nos casos em que for necessário;

c) a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;

d) não comprovação, por parte do órgão ou entidade beneficiada pela emenda, da capacidade de aportar recursos para manutenção e operação do empreendimento, após a sua conclusão;

VI - a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei, ou que implique na criação de despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos do art. 17, da Lei Complementar nº 101//2000;

VIII - a não indicação, pelo autor, da Reserva de Contingência referida no art. 35 desta Lei como fonte de recursos para as emendas individuais;

§ 2º - Em atendimento ao disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais, até 60 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá, em decreto, o cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução das emendas de que trata esta subseção.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000
Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149
CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: administracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

§ 3º - As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais que permanecerem com impedimento técnico após 20 de novembro de 2022 poderão ser utilizadas pelo Poder Executivo como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 4º - As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias das emendas individuais comporão o relatório de avaliação das metas fiscais do último quadrimestre do exercício, a ser apresentado em audiência pública na forma do art. 25 desta Lei.

Art. 37 - A identificação, controle e acompanhamento da execução orçamentária da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta subseção deverão ser viabilizados através de relatórios extraídos do sistema de execução financeira e orçamentária do Poder Executivo.

Parágrafo único - Os relatórios referidos no caput deste artigo, deverão detalhar, no mínimo, a relação das emendas individuais aprovadas, o autor, a classificação funcional e programática, a ação orçamentária, bem como os respectivos valores aprovados e executados.

Seção VII - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I - Das Subvenções Econômicas

Art. 38 - A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º - As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o "caput" deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 - Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 - Subvenções Econômicas".

Art. 39 - No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica e serão executadas na modalidade de aplicação "90 - Aplicações Diretas" e no elemento de despesa "48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas".

Subseção II - Das Subvenções Sociais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000
Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149
CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Art. 40 - A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Parágrafo único - As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no caput deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 41 - A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 42 - A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV - Dos Auxílios

Art. 43 - A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica ou educação especial;

II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º - No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º - No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

**Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para
Pessoas Físicas e Jurídicas**

Art. 44 - Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I - execução da despesa na modalidade de aplicação 50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;

II - estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 02 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III - ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congêneres celebrados;

IV - inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição

V - não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI - formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único - Caberá a Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 45 - É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Art. 46 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único - Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ da entidade;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI - valores transferidos e respectivas datas.

Art. 47 - As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 48 - Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta

de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.



Art. 49 - Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Seção VIII - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 50. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

- I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;
- II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;
- III - formalização de contrato;
- IV - assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º - No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

- I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;
- II - integrem as cadeias produtivas locais;
- III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º - Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§ 3º - As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

Capítulo V - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 51 - A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 52 - O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000
Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149
CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Capítulo VI - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 53 - No exercício de 2022, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa Lei, deverão obedecer às disposições deste capítulo e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2021, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro em 2022, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

Art. 54 - Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 04/2021 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 55 - Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único - O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 56. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16, 17 e 21 do referido diploma legal, fica autorizado para:

- I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
- II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
- III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º - Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admisitracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º - No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se, no mínimo por grupo de natureza de despesa, os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º - As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 06 (seis) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal,

§ 4º - No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5º - Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso impliquem no descumprimento das disposições dos incisos I e II do § 2º desta Lei.

§ 6º - As disposições deste capítulo aplicam-se no que couber às proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal, inclusive de cunho indenizatório, que não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º - Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório bem como as despesas irrelevantes, até o valor estabelecido no art. 15, § 2º desta lei.

Art. 57 - Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000

Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149

CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I - as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência da autorização do secretário da pasta.

Capítulo VII - Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 58 - As receitas serão estimadas e discriminadas:

- I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;
- II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2022, especialmente sobre:
 - a) atualização da planta genérica de valores do Município;
 - b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
 - c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
 - d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
 - e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
 - f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
 - g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
 - h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
 - i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 59 - Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 58, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000
Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149
CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: admistracao@morrinhosdosul.rs.gov.br

Art. 60 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º - Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º - Não se sujeitam às regras do §1º:

I - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II - a concessão de incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 0,10 (zero virgula dez por cento) % da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2022.

III - os incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária concedidos de acordo com as disposições do art.65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 61 - Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo VIII - Das Disposições Gerais

Art. 62 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

Rua Antônio José Carlos, 01 - Centro - Morrinhos do Sul - RS - CEP - 95.577-000
Fone: (0xx51)-3605-1055 - 3605-1149
CNPJ Nº 93.317.980/0001-31 - e-mail: adm@morinhosdosul.rs.gov.br

competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 63 - Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 64 - Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e com a Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.


Art. 65 - Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 66 - Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no *caput* consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.


Art. 67 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Morrinhos do Sul, em 04 de outubro de 2021.



MARCOS VENÍCIOS EVALDT DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se, façam-se as devidas comunicações.



MARCELO BENETTI SELAU
Sec. Mun. Adm. Faz. Planejamento

Matrícula jurídica não encontrada
PRE FEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI D E DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas
Situação: Alteração em 03/07/2021 (C)

Priori.	Ação / Produto (UM)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL										
Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito										
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito										
11	1.006 - Aquisição de Veículos	IP	1	04.122.0027	4.4.90.52.00.00.00.00	00010001	00.00.00	0,00	0,00	0,00
Veículos adquiridos(VEI)										
15	2.001 - Manutenção das Atividades do Gabinete	A	1	04.122.0001	3.1.90.11.00.00.00.00	00010001	00.00.00	375.000,00	375.000,00	375.000,00
Órgão Genêro(CRG)										
					3.1.90.16.00.00.00.00	00010001	00.00.00	13.000,00	13.000,00	13.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	00010001	00.00.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	00010001	00.00.00	40.000,00	50.000,00	60.000,00
					3.3.90.35.00.00.00.00	00010001	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	00010001	00.00.00	100.000,00	100.000,00	110.000,00
18	2.002 - Aquisição de Equipamentos e Material de Escritório	A	1	04.122.0001	4.4.90.52.00.00.00.00	00010001	00.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Órgão equipado com material permanente(CRG)										
20	2.003 - Divulgações Oficiais	A	1	04.131.0001	3.3.90.39.00.00.00.00	00010001	00.00.00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Materiais Vinculados(CRG)										
22	2.004 - Contribuição Patronal para o RPPS	A	1	09.272.0001	3.1.91.13.00.00.00.00	00010001	00.00.00	5.500,00	5.500,00	5.500,00
Pagamentos Efetuados(SER)										
23	2.005 - Contribuição Patronal ao RGPS	A	1	09.271.0001	3.1.90.13.00.00.00.00	00010001	00.00.00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
Pagamentos Efetuados(SER)										
Unidade: 02.02 - Conselho Tutelar										
25	2.007 - Manutenção do Conselho Tutelar	A	1	06.243.0002	3.1.90.11.00.00.00.00	00010001	00.00.00	117.000,00	117.000,00	117.000,00
Conselho tutelar mantido(CCN)										
					3.3.90.14.00.00.00.00	00010001	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	00010001	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.35.00.00.00.00	00010001	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	00010001	00.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
					3.3.90.47.00.00.00.00	00010001	00.00.00	17.000,00	17.000,00	17.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	00010001	00.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Unidade: 02.03 - Controle Interno										
26	2.008 - Manutenção do Controle Interno	A	1	04.124.0001	3.1.90.11.00.00.00.00	00010001	00.00.00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
Órgãos orientados(CRG)										

NAUREZA JUNIOR NÃO ENCONTRADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas

Solução: Atuação em fevereiro/2021 (0)

Prior.	Ação / Produto (LIM)	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL									
Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Adm. Faz. e Planejamento									
Unidade: 03.01 - Órgãos Subordinados									
29	2.010 - Manutenção das Atividades da Secretaria Órgão Gestor(ORG)	A	1 04.122.0001	3.1.90.03.00.00.00 00010001		00.00.00	17.653.150,00	18.685.350,00	19.724.350,00
				3.1.90.04.00.00.00 00010001		00.00.00	3.150.000,00	3.280.000,00	3.370.000,00
				3.1.96.11.00.00.00 00010001		00.00.00	1.948.000,00	1.858.000,00	2.018.000,00
				3.1.90.15.00.00.00 00010001		00.00.00	22.000,00	22.000,00	22.000,00
				3.1.90.94.00.00.00 00010001		00.00.00	56.000,00	56.000,00	56.000,00
				3.3.90.14.00.00.00 00010001		00.00.00	900.000,00	900.000,00	900.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00010001		00.00.00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
				3.3.90.33.00.00.00 00010001		00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
				3.3.90.34.00.00.00 00010001		00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.35.00.00.00 00010001		00.00.00	45.000,00	55.000,00	55.000,00
				3.3.90.36.00.00.00 00010001		00.00.00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
				3.3.90.38.00.00.00 00010001		00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.39.00.00.00 00010001		00.00.00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
				3.3.90.40.00.00.00 00010001		00.00.00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
				3.3.90.47.00.00.00 00010001		00.00.00	220.000,00	220.000,00	300.000,00
				3.3.90.82.00.00.00 00010001		00.00.00	300.000,00	300.000,00	380.000,00
							4.000,00	4.000,00	4.000,00
							2.000,00	2.000,00	2.000,00
30	2.011 - Contribuição Patronal ao RPPS Pagamentos Efetuados(SER)	A	1 08.272.0001	3.1.91.13.00.00.00 00010001		00.00.00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
31	2.012 - Contribuição Patronal ao RGPS Pagamentos Efetuados(SER)	A	1 09.271.0001	3.1.90.13.00.00.00 00010001		00.00.00	13.000,00	13.000,00	13.000,00
33	2.014 - Capacitação e Treinamento dos Servidores Servidores beneficiados(PES)	A	1 04.128.0001	3.3.90.14.00.00.00 00010001		00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.38.00.00.00 00010001		00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
34	2.015 - Conservação do Centro Administrativo Edificações(PRE)	A	1 04.122.0001	3.3.90.30.00.00.00 00010001		00.00.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
				3.3.90.39.00.00.00 00010001		00.00.00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
35	2.016 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Órgão equipado com material permanente(ORG)	A	1 04.122.0001	4.4.90.52.00.00.00 00010001		00.00.00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Unidade: 03.02 - Divisão de Trânsito									
140	2.121 - Manutenção da Divisão de Trânsito Veículos vistoriados e controlados(VEI)	A	1 26.122.0001	3.3.90.38.00.00.00 00010001		00.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
							1.000,00	1.000,00	1.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Atividade em 66030201 (01)

Picri	Ação / Produto (LIN)	Tipo Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL									
Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação									
Unidade: 04.01 - Secretaria da Educação - Recursos MDE									
38	2.018 - Contribuição Patronal ao RPPS Pagamentos Eletuados(SER)	A	12.361.0003	3.1.91.13.00.00.00.00	00010020	01.01.01	90.000,00	90.000,00	90.000,00
40	2.019 - Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Fundamental Servidores beneficiados(SER)	A	12.128.0003	3.3.90.14.00.00.00.00	00010020	01.01.01	1.500,00	2.500,00	2.500,00
				3.3.90.30.00.00.00.00	00010020	01.01.01	2.500,00	2.500,00	2.500,00
				3.3.90.32.00.00.00.00	00010020	01.01.01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.36.00.00.00.00	00010020	01.01.01	10.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.39.00.00.00.00	00010020	01.01.01	10.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.47.00.00.00.00	00010020	01.01.01	1.000,00	1.000,00	1.000,00
41	2.020 - Aquisição de Acervos Bibliográficos Livros(ESC)	A	12.361.0003	4.4.90.52.00.00.00.00	00010020	01.01.01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
42	2.021 - Conservação dos Prédios Escolares Edificações mantidas(ESC)	A	12.361.0003	3.3.90.30.00.00.00.00	00010020	01.01.01	20.000,00	20.000,00	20.000,00
				3.3.90.39.00.00.00.00	00010020	01.01.01	30.000,00	30.000,00	30.000,00
44	2.023 - Aquisição de Equipamentos Escolas Equipadas(ESC)	A	12.361.0003	4.4.90.52.00.00.00.00	00010020	01.01.01	7.500,00	7.500,00	7.500,00
47	2.024 - Manutenção do Transporte Escolar Alunos transportados(ALLU)	A	12.361.0003	3.3.90.30.00.00.00.00	00010020	01.01.01	25.000,00	50.000,00	70.000,00
				3.3.90.39.00.00.00.00	00010020	01.01.01	15.000,00	30.000,00	50.000,00
52	2.026 - Manutenção do Ensino Infantil Alunos atendidos(ALLU)	A	12.365.0004	3.1.90.04.00.00.00.00	00010020	01.01.02	5.000,00	25.000,00	25.000,00
				3.1.90.11.00.00.00.00	00010020	01.01.02	12.000,00	60.000,00	60.000,00
				3.1.90.13.00.00.00.00	00010020	01.01.02	1.000,00	1.000,00	1.000,00
				3.1.90.16.00.00.00.00	00010020	01.01.02	250,00	250,00	250,00
				3.3.90.30.00.00.00.00	00010020	01.01.02	2.500,00	2.500,00	2.500,00
				3.3.90.36.00.00.00.00	00010020	01.01.02	250,00	250,00	250,00
				3.3.90.39.00.00.00.00	00010020	01.01.02	2.500,00	2.500,00	2.500,00
				4.4.90.52.00.00.00.00	00010020	01.01.02	250,00	250,00	250,00

Natureza Juridica nao encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 05/07/2021 (01)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL										
Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação										
Unidade: 04.01 - Secretaria de Educação - Recursos MDE										
53	2.027 - Contribuição Patronal ao RPPS do Ensino Infantil - Pagamentos Efetuados(SER)	A	1	12.365.0004	3.1.91.13.00.00.00.00	00010020	01.01.02	10.000,00	10.000,00	10.000,00
62	2.119 - Manutenção da Creche Municipal - Creche mantidas(CRE)	A	1	12.365.0029	3.1.90.04.00.00.00.00	00010020	01.01.02	280.000,00	300.000,00	300.000,00
					3.1.90.11.00.00.00.00	00010020	01.01.02	50.000,00	50.000,00	50.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	00010020	01.01.02	4.000,00	4.000,00	4.000,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	00010020	01.01.02	1.000,00	1.000,00	1.000,00
					3.1.91.13.00.00.00.00	00010020	01.01.02	15.000,00	16.000,00	16.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	00010020	01.01.02	15.000,00	20.000,00	20.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	00010020	01.01.02	1.000,00	1.000,00	1.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	00010020	01.01.02	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.47.00.00.00.00	00010020	01.01.02	250,00	250,00	250,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	00010020	01.01.02	10.000,00	10.000,00	10.000,00
204	2.041 - Manutenção da Educação Especial - Alunos atendidos(ALL)	A	1	12.367.0055	3.1.90.04.00.00.00.00	00010020	01.01.01	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Unidade: 04.02 - Secretaria de Educação - Recursos FUNDEB										
63	2.031 - Manutenção da Educação - Recursos 70% FUNDEB - Alunos atendidos(ALL)	A	1	12.361.0005	3.1.90.04.00.00.00.00	00010031	01.02.01	1.950.000,00	2.100.000,00	2.250.000,00
								445.000,00	525.000,00	635.000,00
					3.1.90.11.00.00.00.00	00010031	01.02.01	830.000,00	1.000.000,00	1.040.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	00010031	01.02.03	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	00010031	01.02.03	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	00010031	01.02.03	5.000,00	5.000,00	5.000,00
64	2.032 - Contribuição Patronal RPPS - Recursos 70 % FUNDEB - Pagamentos Efetuados(SER)	A	1	12.361.0005	3.1.91.13.00.00.00.00	00010031	01.02.01	125.000,00	125.000,00	125.000,00
210	2.148 - Manutenção da Educação - Recursos 30 % FUNDEB - Alunos atendidos(ALL)	A	1	12.365.0051	3.1.90.04.00.00.00.00	00010031	01.02.04	435.000,00	435.000,00	435.000,00
Unidade: 04.03 - Gastos não Computáveis										
67	2.033 - Manutenção do Gabinete da Secretária - Orção Genêdo(CRG)	A	1	04.122.0006	3.1.90.04.00.00.00.00	00010001	00.00.00	617.500,00	816.500,00	858.500,00
								30.000,00	30.000,00	30.000,00
					3.1.90.11.00.00.00.00	00010001	00.00.00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	00010001	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas

Sessão: Alteração em 66/07/2021 (2)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipol	Local	Funct.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL										
Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação										
Unidade: 04.01 - Secretaria de Educação - Recursos MDE										
53	2.027 - Contribuição Patronal ao RPPS do Ensino Infantil Pagamentos Efetuados(SER)	A	1	12.365.0004	3.1.91.13.00.00.00.00	00010020	01.01.02	10.000,00	10.000,00	10.000,00
62	2.116 - Manutenção da Creche Municipal Creche mantidas(CRE)	A	1	12.365.0029	3.1.90.04.00.00.00.00	00010020	01.01.02	280.000,00	300.000,00	300.000,00
					3.1.90.11.00.00.00.00	00010020	01.01.02	50.000,00	50.000,00	50.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	00010020	01.01.02	4.000,00	4.000,00	4.000,00
					3.1.90.18.00.00.00.00	00010020	01.01.02	1.000,00	1.000,00	1.000,00
					3.1.91.13.00.00.00.00	00010020	01.01.02	16.000,00	16.000,00	16.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	00010020	01.01.02	15.000,00	20.000,00	20.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	00010020	01.01.02	1.000,00	1.000,00	1.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	00010020	01.01.02	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.47.00.00.00.00	00010020	01.01.02	250,00	250,00	250,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	00010020	01.01.02	10.000,00	10.000,00	10.000,00
204	2.041 - Manutenção da Educação Especial Alunos atendidos(ALL)	A	1	12.367.0055	3.1.90.04.00.00.00.00	00010020	01.01.01	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Unidade: 04.02 - Secretaria da Educação - Recursos FUNDEB										
63	2.031 - Manutenção da Educação - Recursos 70% FUNDEB Alunos atendidos(ALL)	A	1	12.361.0005	3.1.90.04.00.00.00.00	00010031	01.02.01	1.950.000,00	2.100.000,00	2.250.000,00
								445.000,00	525.000,00	635.000,00
					3.1.90.11.00.00.00.00	00010031	01.02.01	930.000,00	1.000.000,00	1.040.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	00010031	01.02.03	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	00010031	01.02.03	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	00010031	01.02.03	5.000,00	5.000,00	5.000,00
64	2.032 - Contribuição Patronal RPPS - Recursos 70% FUNDEB Pagamentos Efetuados(SER)	A	1	12.361.0005	3.1.91.13.00.00.00.00	00010031	01.02.01	125.000,00	125.000,00	125.000,00
210	2.148 - Manutenção da Educação - Recursos 30% FUNDEB Alunos atendidos(ALL)	A	1	12.365.0051	3.1.90.04.00.00.00.00	00010031	01.02.04	435.000,00	435.000,00	435.000,00
Unidade: 04.03 - Gastos não Computáveis										
67	2.033 - Manutenção do Gabinete da Secretária Órgão Gerido(CRG)	A	1	04.122.0006	3.1.90.04.00.00.00.00	00010001	00.00.00	617.500,00	618.500,00	668.500,00
								30.000,00	30.000,00	30.000,00
					3.1.90.11.00.00.00.00	00010001	00.00.00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	00010001	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

natureza jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022
 Relação de Despesas - Planejadas
 Situação: Atualização em 05/07/2021 (C)

Proj. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL									
Órgão: 04.00 - Secretária Municipal de Educação									
Unidade: 04.03 - Gastos não Computáveis									
69 2.034 - Contribuição Patronal ao RPPS Pagamentos Eletuads(SER)	A		09.272.0006	3.1.91.13.00.00.00 00010001	00.00.00	00.00.00	17.653.150,00	18.685.350,00	19.724.350,00
71 2.035 - Contribuição Patronal ao RGPS Pagamentos Eletuads(SER)	A		09.271.0006	3.1.90.13.00.00.00 00010001	00.00.00	00.00.00	4.306.750,00	4.907.750,00	4.857.750,00
73 2.036 - Aquisição de Equipamentos Órgão equipad(Org)	A		04.122.0006	4.4.90.52.00.00.00 00010001	00.00.00	00.00.00	817.500,00	818.500,00	858.500,00
76 2.039 - Manutenção da Merenda Escolar Alunos atendidos(ALL)	A		04.306.0008	3.1.90.04.00.00.00 00010001	00.00.00	00.00.00	500,00	500,00	500,00
79 2.040 - Aquisição de Equipamentos de Copa e Cozinha Bens adquiridos(ESC)	A		04.306.0008	3.3.90.30.00.00.00 00010001	00.00.00	00.00.00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
80 2.042 - Manutenção do Conselho da Educação Conselho mantido(CON)	A		04.361.0010	3.3.90.14.00.00.00 00010001	00.00.00	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
101 2.049 - Manutenção do PDDE Escolas atendidas(ESC)	A		12.361.0014	3.3.90.30.00.00.00 00011006	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
102 2.050 - Manutenção do PNAE Alunos atendidos(ALL)	A		12.306.0014	4.4.90.52.00.00.00 00011006	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	6.000,00	6.000,00	6.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	5.000,00	5.000,00	5.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	30.000,00	30.000,00	30.000,00
				3.3.90.30.00.00.00 00011001	01.03.95	01.03.95	15.000,00	15.000,00	15.000,00
				3.3.					

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas
Situação: Alteração em 06/07/2021 (C)

Pror. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL									
Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação									
Unidade: 04.03 - Gestões não Computáveis									
103 2.051 - Manutenção do Salário Educação									
Alunos atendidos(ALLU)									
A	1	12.361.0014	3.3.90.30.00.00.00.00	00011008	01.03.01	17.653.150,00	18.685.350,00	19.724.350,00	
						4.306.750,00	4.907.750,00	4.857.750,00	
						617.500,00	618.500,00	658.500,00	
						90.000,00	90.000,00	90.000,00	
105 2.053 - Manutenção do PNATE									
Alunos(ALLU)									
A	1	12.361.0014	3.3.90.30.00.00.00.00	00011035	01.03.95	40.000,00	40.000,00	40.000,00	
						20.000,00	20.000,00	20.000,00	
150 2.124 - Programa PEATE									
Alunos atendidos(ALLU)									
A	1	12.361.0014	3.3.90.30.00.00.00.00	00011072	01.06.01	100.000,00	100.000,00	100.000,00	
						50.000,00	50.000,00	50.000,00	
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Transporte									
Unidade: 05.01 - Órgãos Subordinados									
4 1.005 - Aquisição de Máquinas e Veículos									
Máquinas e veículos adquiridos(EQU)									
F	1	26.782.0027	4.4.50.52.00.00.00.00	000110061	00.00.00	2.499.500,00	2.689.500,00	3.307.500,00	
						1.796.000,00	1.823.000,00	2.223.000,00	
						80.000,00	0,00	0,00	
11 1.029 - Construção da Capela Mortuária									
Edificações(PRE)									
F	1	04.452.0052	4.4.90.51.00.00.00.00	00010001	00.00.00	0,00	0,00	200.000,00	
83 2.054 - Manutenção das Atividades da Secretaria									
Órgão Gerido(ORG)									
A	1	04.122.0001	3.1.90.04.00.00.00.00	00010001	00.00.00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	
						3.190.11.00.00.00.00	460.000,00	460.000,00	
						3.190.16.00.00.00.00	25.000,00	25.000,00	
						3.190.94.00.00.00.00	500,00	500,00	
						3.3.71.70.00.00.00.00	36.000,00	36.000,00	
						3.3.90.14.00.00.00.00	2.500,00	2.500,00	
						3.3.90.30.00.00.00.00	80.000,00	125.000,00	
						3.3.90.34.00.00.00.00	5.000,00	5.000,00	
						3.3.90.36.00.00.00.00	80.000,00	80.000,00	
						3.2.90.39.00.00.00.00	130.000,00	130.000,00	
						3.3.90.47.00.00.00.00	16.000,00	16.000,00	
85 2.055 - Contribuição Patronal ao RPPS									
Pagamentos Efetuados(ORG)									
A	1	09.272.0001	3.1.91.13.00.00.00.00	00010001	00.00.00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	
86 2.056 - Contribuição Patronal ao RGPS									
Pagamentos Efetuados(SER)									
A	1	09.271.0001	3.1.90.13.00.00.00.00	000110001	00.00.00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas

Solução: Alteração em 03/07/2021 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL										
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Transporte										
Unidade: 05.01 - Órgãos Subordinados										
90 2.057 - Manutenção e Conservação dos Veículos										
Veículos misturados(VEI)										
A	1 26.782.0001				3.3.90.30.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	17.653.150,00	16.686.350,00	19.724.260,00
					3.3.90.39.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	2.499.500,00	2.599.500,00	3.307.500,00
					3.3.90.30.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	1.798.000,00	1.823.000,00	2.223.000,00
					3.3.90.39.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	100.000,00	150.000,00	200.000,00
					3.3.90.30.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	30.000,00	40.000,00	60.000,00
A	1 04.122.0001				4.4.90.52.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
92 2.059 - Aquisição de Equipamentos										
Órgão equipado(ORG)										
A	1 15.452.0015				3.3.90.39.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	350.000,00	350.000,00	400.000,00
93 2.060 - Manutenção da Coleta de Lixo										
Lixos coletados(LI)										
A	1 25.452.0015				3.3.90.30.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
94 2.061 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública										
Pontos de Iluminação(LAM)										
A	1 26.782.0026				3.3.90.30.00.00.00 00011139	00011139	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.39.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
					3.3.90.39.00.00.00 00011139	00011139	00.00.00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
A	1 26.452.0015				3.3.90.30.00.00.00 00011033	00011033	04.03.00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
103 2.064 - Abertura, Ampliação e Conservação de Estradas Municipais										
Estradas mantidas(Km)										
P	1 26.782.0026				4.4.90.51.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	0,00	0,00	5.000,00
205 1.001 - Construção de Pontes										
Pontes construídas(PON)										
P	1 15.451.0015				4.4.90.51.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
206 1.014 - Construção de Praças										
Praças mantidas(PRA)										
P	1 15.451.0026				4.4.90.51.00.00.00 00010001	00010001	00.00.00	0,00	0,00	5.000,00
211 1.003 - Construção de Paradoiros										
Paradoiros construídos(PAR)										
A	1 17.512.0016				3.1.90.04.00.00.00 00011150	00011150	00.00.00	686.500,00	766.500,00	1.004.500,00
					3.1.90.11.00.00.00 00011150	00011150	00.00.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
					3.1.90.16.00.00.00 00011150	00011150	00.00.00	170.000,00	170.000,00	170.000,00
					3.3.90.30.00.00.00 00011150	00011150	00.00.00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
					3.3.90.34.00.00.00 00011150	00011150	00.00.00	60.000,00	100.000,00	150.000,00
					3.3.90.36.00.00.00 00011150	00011150	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.39.00.00.00 00011150	00011150	00.00.00	28.000,00	28.000,00	28.000,00
					3.3.90.40.00.00.00 00011150	00011150	00.00.00	300.000,00	320.000,00	380.000,00
					3.3.90.47.00.00.00 00011150	00011150	00.00.00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
							00.00.00	6.000,00	6.000,00	6.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas

Selô: Alteração em 02/07/2021 (3)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL											
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Transporte											
Unidade: 05.02 - Departamento Municipal de Água - DEMAM											
99	2.066 - Contribuição Patronal ao RPPS		A	1	09.272.0016	4.4.90.52.00.00.00.00	00011150	00.00.00	15.000,00	25.000,00	40.000,00
Pagamentos Efetuados(SER)											
212	1.105 - Aquisição de Máquinas e Veículo		P	1	17.605.0027	4.4.90.52.00.00.00.00	00011150	00.00.00	10.000,00	10.000,00	123.000,00
Veículos adquiridos(VEI)											
Unidade: 05.03 - Recursos Vinculados											
232	1.002 - Pavimentação de Ruas		P	1	15.451.0028	4.4.90.51.00.00.00.00	00010001	00.00.00	5.000,00	10.000,00	80.000,00
Ruas pavimentadas(Km)											
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde											
Unidade: 05.01 - Fundo Municipal da Saúde - Recursos AS/PS											
6	1.007 - Aquisição de Veículos		P	1	10.301.0027	4.4.90.52.00.00.00.00	00010040	02.01.00	0,00	15.000,00	15.000,00
Veículos adquiridos(VEI)											
19	1.035 - Construção de Academia em Saúde		P	1	10.813.0058	4.4.90.51.00.00.00.00	00010040	02.01.00	0,00	0,00	0,00
Academia construída(MO)											
108	2.067 - Manutenção das Atividades da Secretaria		A	1	10.301.0017	3.1.90.04.00.00.00.00	00010040	02.01.00	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00
Pastos de saúde(POS)											
						3.1.90.11.00.00.00.00	00010040	02.01.00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00
						3.1.90.16.00.00.00.00	00010040	02.01.00	82.000,00	120.000,00	120.000,00
						3.1.90.94.00.00.00.00	00010040	02.01.00	500,00	500,00	500,00
						3.3.50.41.00.00.00.00	00010040	02.01.00	160.000,00	160.000,00	160.000,00
						3.3.90.14.00.00.00.00	00010040	02.01.00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
						3.3.90.30.00.00.00.00	00010040	02.01.00	350.000,00	400.000,00	400.000,00
						3.3.90.32.00.00.00.00	00010040	02.01.00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
						3.3.90.34.00.00.00.00	00010040	02.01.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
						3.3.90.36.00.00.00.00	00010040	02.01.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
						3.3.90.39.00.00.00.00	00010040	02.01.00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
						3.3.90.45.00.00.00.00	00010040	02.01.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
						3.3.90.47.00.00.00.00	00010040	02.01.00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
						3.3.90.91.00.00.00.00	00010040	02.01.00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
107	2.068 - Contribuição Patronal ao RPPS		A	1	10.272.0017	3.1.91.13.00.00.00.00	00010040	02.01.00	136.000,00	135.000,00	136.000,00
Pagamentos Efetuados(SER)											

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas

Selva, Atuação em 06/07/2021 (C)

Priori.	Ação / Produto (LIN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projção 2023	Projção 2024
	Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL							17.653.150,00	18.665.350,00	19.724.350,00
	Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde							4.794.700,00	4.923.700,00	4.887.700,00
	Unidade: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde - Recursos ASPS							3.844.500,00	3.983.500,00	3.947.500,00
	106 2.068 - Contribuição Patronal ao RGPS	A		10.271.0017	3.1.90.13.00.00.00 00010040	00010040	02.01.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Pagamentos Eletuadus(SER)									
	110 2.071 - Conservação dos Prédios das Postas de Saúde	A		10.122.0017	3.3.90.30.00.00.00 00010040	00010040	02.01.00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	Postos de saúde(POS)									
	111 2.072 - Manutenção e Conservação dos Veículos	A		10.301.0017	3.3.90.30.00.00.00 00010040	00010040	02.01.00	320.000,00	320.000,00	320.000,00
	Veículos marítimos(VEI)									
	112 2.073 - Manutenção do Conselho de Saúde	A		10.301.0017	3.3.90.14.00.00.00 00010040	00010040	02.01.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	Conselho marítimo(CCIN)									
	113 2.074 - Aquisição de Equipamentos	A		10.301.0017	4.4.90.52.00.00.00 00010040	00010040	02.01.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Equipamentos adquiridos(POS)									
	Unidade: 06.02 - Fundo Municipal de Saúde - Recursos Vinculados							940.200,00	940.200,00	940.200,00
	116 2.075 - Atensão Primária	A		10.301.0018	3.1.90.04.00.00.00 00014500	00014500	02.04.00	180.000,00	180.000,00	190.000,00
	Usuários atendidos(ATE)									
								200.000,00	200.000,00	200.000,00
								25.000,00	25.000,00	25.000,00
								2.000,00	2.000,00	2.000,00
								8.000,00	8.000,00	8.000,00
								20.000,00	20.000,00	20.000,00
								20.000,00	20.000,00	20.000,00
								5.000,00	5.000,00	5.000,00
								20.000,00	20.000,00	20.000,00
								10.000,00	10.000,00	10.000,00
								1.000,00	1.000,00	1.000,00
								8.000,00	9.000,00	9.000,00
	117 2.076 - Gestão do SUS	A		10.301.0018	3.1.90.04.00.00.00 00014501	00014501	02.04.00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
	Usuários atendidos(LSU)									
								20.000,00	20.000,00	20.000,00
								40.000,00	40.000,00	40.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas
 Seleção: Alteração em 06/07/2021 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL									
Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde									
Unidade: 06.02 - Fundo Municipal de Saúde - Recursos Vinculados									
120	2.079 - Manutenção do Programa Farmácia Básica Estadual Usuários atendidos(USU)	A	1 10.303.0018	3.3.90.32.00.00.00 00014050		02.04.00	17.653.150,00 4.794.700,00 940.200,00 40.000,00	18.685.350,00 4.923.700,00 940.200,00 40.000,00	19.724.350,00 4.387.700,00 940.200,00 40.000,00
121	2.080 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Vigilância epidemiológica realizada(FOG)	A	1 10.305.0019	3.1.90.11.00.00.00 00014502		02.04.00	27.500,00	27.500,00	27.500,00
123	2.082 - Manutenção das Ações Básicas de Vigilância Sanitária Vigilância sanitária realizada(FOC)	A	1 10.304.0019	3.3.90.30.00.00.00 00014001 3.3.90.30.00.00.00 00014502 3.3.90.32.00.00.00 00014502 3.3.90.39.00.00.00 00014502 4.4.90.52.00.00.00 00014502		02.04.00 02.04.00 02.04.00 02.04.00 02.04.00	200,00 5.000,00 2.500,00 1.250,00 1.250,00	200,00 5.000,00 2.500,00 1.250,00 1.250,00	200,00 5.000,00 2.500,00 1.250,00 1.250,00
154	2.126 - Incentivo à Atenção Básica Pessoas atendidas(USU)	A	1 10.301.0018	3.1.90.04.00.00.00 00014011 3.3.90.30.00.00.00 00014011 3.3.90.32.00.00.00 00014011 3.3.90.39.00.00.00 00014011 4.4.90.52.00.00.00 00014011		02.04.00 02.04.00 02.04.00 02.04.00 02.04.00	40.000,00 20.000,00 30.000,00 9.000,00 1.000,00	40.000,00 20.000,00 30.000,00 9.000,00 1.000,00	40.000,00 20.000,00 30.000,00 9.000,00 1.000,00
201	2.143 - Programa ESF Estadual Órgão Gestor(CRG)	A	1 10.301.0017	3.1.90.04.00.00.00 00014090 3.1.90.11.00.00.00 00014090 3.1.90.15.00.00.00 00014090 3.1.91.13.00.00.00 00014090 3.3.90.30.00.00.00 00014090 3.3.90.32.00.00.00 00014090 3.3.90.39.00.00.00 00014090		02.04.00 02.04.00 02.04.00 02.04.00 02.04.00 02.04.00 02.04.00	50.000,00 18.000,00 1.000,00 1.000,00 20.000,00 5.000,00 5.000,00	50.000,00 18.000,00 1.000,00 1.000,00 20.000,00 5.000,00 5.000,00	50.000,00 18.000,00 1.000,00 1.000,00 20.000,00 5.000,00 5.000,00
226	2.076 - Assistência Farmacêutica Usuários atendidos(USU)	A	1 10.303.0054	3.3.90.32.00.00.00 00014503		02.04.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00

Priori.	Ação / Produto (UN)	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeto 2023	Projeto 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL									
Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura Indus Comércio									
Unidade: 07.01 - Órgãos Subordinados									
65	2.004 - Contribuição Patronal ao RPPS Pagamentos Efetuados(SER)	A	1 09.272.0001	3.1.91.13.00.00.00 00010001		00.00.00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
66	2.085 - Contribuição Patronal ao RGPS Pagamentos Efetuados(SER)	A	1 09.271.0001	3.1.90.13.00.00.00 00010001		00.00.00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
70	2.097 - Manutenção dos Veículos da Secretaria Veículos mantidos(VEI)	A	1 20.606.0001	3.3.90.36.00.00.00 00010001		00.00.00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
72	2.088 - Aplicação de Equipamentos Equipamentos adquiridos(ORG)	A	1 20.606.0001	4.4.90.52.00.00.00 00010001		00.00.00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
124	2.083 - Manutenção das Atividades da Secretaria Órgão Gerido(ORG)	A	1 20.606.0001	3.1.90.04.00.00.00 00010001		00.00.00	22.000,00	22.000,00	22.000,00
Unidade: 07.03 - Recursos Vinculado									
220	1.008 - Aquisição de Máquinas e Veículos Máquinas e veículos adquiridos(EQU)	F	1 20.782.0027	4.4.90.52.00.00.00 00010001		00.00.00	20.000,00	72.200,00	120.000,00
Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social									
Unidade: 06.01 - Órgãos Subordinados									
2	2.092 - Manutenção das Atividades da Secretaria Órgão Gerido(ORG)	A	1 06.122.0001	3.1.90.04.00.00.00 00010001		00.00.00	70.1.700,00	70.1.700,00	70.1.700,00
							508.500,00	508.500,00	508.500,00
							65.000,00	65.000,00	65.000,00
							340.000,00	340.000,00	340.000,00
							1.500,00	1.500,00	1.500,00
							500,00	500,00	500,00
							2.500,00	2.500,00	2.500,00
							10.000,00	10.000,00	10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 08/07/2021 (1)

Prorri.	Ação / Produto (LN)	Tip	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social Unidade: 08.03 - Fundo Mun. de Assistência Social - Rec Vinculados 27 2.102 - FNAS - Piso Transição Média Complexidade - PTMC Pessoas deficiente(PES)										
		A	1	08.242.0023	3.3.90.30.00.00.00.00	00011059	04.04.00	3.000,00	143.000,00	143.000,00
								701.700,00	701.700,00	701.700,00
								17.853.150,00	18.885.350,00	18.724.350,00
37 2.103 - FNAS - Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família Famílias Atendidas(FAM)										
		A	1	08.244.0021	3.3.90.14.00.00.00.00	00011061	04.04.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
								6.250,00	6.250,00	6.250,00
								4.000,00	4.000,00	4.000,00
								3.750,00	3.750,00	3.750,00
								2.000,00	2.000,00	2.000,00
								1.000,00	1.000,00	1.000,00
								2.000,00	2.000,00	2.000,00
146 2.123 - Programa PEAS Famílias Atendidas(FAM)										
		A	1	08.244.0021	3.3.90.30.00.00.00.00	00011066	04.04.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
								5.000,00	5.000,00	5.000,00
172 2.131 - FNAE - Índice de Gestão Descentralizada do SUAS Famílias Atendidas(FAM)										
		A	1	08.244.0021	4.4.90.52.00.00.00.00	00011066	04.04.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
								1.000,00	1.000,00	1.000,00
								5.000,00	5.000,00	5.000,00
								1.000,00	1.000,00	1.000,00
								1.500,00	1.500,00	1.500,00
								1.500,00	1.500,00	1.500,00
Unidade: 08.04 - Fundo Municipal da Criança e Adolescentes 39 2.104 - Fundo Municipal da Criança e Adolescentes Conselho mantido(COM)										
		A	1	08.243.0024	3.3.40.41.00.00.00.00	00010001	00.00.00	18.200,00	18.200,00	18.200,00
								15.000,00	15.000,00	15.000,00
								1.000,00	1.000,00	1.000,00
								1.000,00	1.000,00	1.000,00
								100,00	100,00	100,00
								1.000,00	1.000,00	1.000,00
								100,00	100,00	100,00
Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Unidade: 09.01 - Órgãos Subordinados 45 2.105 - Manutenção das Atividades da Secretaria Órgão Gerido(ORG)										
		A	1	18.122.0001	3.1.90.11.00.00.00.00	00010001	00.00.00	223.000,00	223.000,00	223.000,00
								218.000,00	218.000,00	218.000,00
								95.000,00	95.000,00	95.000,00
								5.000,00	5.000,00	5.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas
Subsídio Alteração em 09/07/2021 (C)

Préc.	Ação / Produto (LIN)	Tip	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projção 2023	Projção 2024
	Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL									
	Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente									
	Unidade: 09.01 - Órgãos Subordinados									
46	2.106 - Contribuição Patronal ao RPPS Pagamentos Efetuados(SER)	A		18.272.0001	3.1.90.13.00.00.00	00010001	00.00.00	17.653.150,00	18.885.350,00	19.724.350,00
								223.000,00	223.000,00	223.000,00
								218.000,00	218.000,00	218.000,00
					3.3.90.30.00.00.00	00010001	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.34.00.00.00	00010001	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.36.00.00.00	00010001	00.00.00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
					3.3.90.39.00.00.00	00010001	00.00.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
					3.3.90.47.00.00.00	00010001	00.00.00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
								1.000,00	1.000,00	1.000,00
48	2.107 - Contribuição Patronal ao RGPS Pagamentos Efetuados(SER)	A		18.271.0001	3.1.90.13.00.00.00	00010001	00.00.00	20.300,00	20.000,00	20.000,00
50	2.109 - Aquisição de Equipamentos Equipamentos adquiridos(ORG)	A		18.122.0001	4.4.90.52.00.00.00	00010001	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	Unidade: 09.02 - Fundo Municipal do Meio Ambiente									
	43 2.166 - Fundo Municipal do Meio Ambiente									
	Órgão Gerido(ORG)									
		A		18.541.0061	3.3.90.30.00.00.00	00011176	04.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
								2.500,00	2.500,00	2.500,00
					3.3.90.39.00.00.00	00011176	04.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
					4.4.90.52.00.00.00	00011176	04.00.00	500,00	500,00	500,00
								216.250,00	216.250,00	475.450,00
								87.250,00	87.250,00	87.250,00
								60.000,00	60.000,00	60.000,00
	Órgão: 11.00 - Secretaria Municipal de Turismo, Desporto e Cultura									
	Unidade: 11.01 - Órgãos Subordinados									
	215 2.150 - Manutenção das Atividades da Secretaria									
	Órgão Gerido(ORG)									
		A		04.122.0001	3.1.90.11.00.00.00	00010001	00.00.00	00.00.00	00.00.00	12.500,00
										1.000,00
					3.1.90.13.00.00.00	00010001	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
					3.1.91.13.00.00.00	00010001	00.00.00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
					3.3.90.14.00.00.00	00010001	00.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
					3.3.90.30.00.00.00	00010001	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.34.00.00.00	00010001	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
					3.3.90.36.00.00.00	00010001	00.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
					3.3.90.39.00.00.00	00010001	00.00.00	250,00	250,00	250,00
					4.4.90.52.00.00.00	00010001	00.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
								8.000,00	8.000,00	288.200,00
								3.000,00	3.000,00	3.000,00
	Unidade: 11.02 - Turismo									
	3 2.141 - Manutenção do Turismo									
	Eventos realizados(EVE)									
		A		04.695.0048	3.3.50.41.00.00.00	00010001	00.00.00	00.00.00	00.00.00	00.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas

Sistema: Alteração em 05/07/2021 (0)

Priori	Ação / Produto (UN)	Tip	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL										
Órgão:	11.00 - Secretária Municipal de Turismo, Desporto e Cultur							17.653.150,00	18.685.350,00	19.724.350,00
Unidade:	11.02 - Turismo							216.250,00	216.250,00	475.450,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	00010001	00.00.00	9.000,00	8.000,00	268.200,00
					3.3.90.32.00.00.00.00	00010001	00.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	00010001	00.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
					4.4.50.61.00.00.00.00	00010001	00.00.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
17	1.023 - Aquisição de Imóvel para Centro de Eventos Imóvel adquiridos(IMO)	F	1	27.685.0015				0,00	0,00	258.200,00
Unidade: 11.03 - Desporto										
89	2.047 - Promoção de Eventos Esportivos e de Lazer Eventos realizados(EVE)	A	1	27.812.0012				43.000,00	43.000,00	43.000,00
								3.000,00	3.000,00	3.000,00
					3.3.90.31.00.00.00.00	00010001	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	00010001	00.00.00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Unidade: 11.04 - Cultura										
87	2.046 - Promoção com Eventos Culturais Eventos(EVE)	A	1	13.292.0011				77.000,00	77.000,00	77.000,00
								5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.32.00.00.00.00	00010001	00.00.00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	00010001	00.00.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
					3.3.90.38.00.00.00.00	00010001	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
					3.3.90.47.00.00.00.00	00010001	00.00.00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
Órgão:	99.00 - Reserva de Contingência							50.000,00	50.000,00	50.000,00
Unidade:	99.99 - Reserva de Contingência							50.000,00	50.000,00	50.000,00
132	9.009 - Reserva de Contingência Eventos realizados(EVE)	R	1	99.998.0030				50.000,00	50.000,00	50.000,00
Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL - R.P.P.S										
Órgão:	50.00 - Regime Próprio de Previdência Social - RPPS							2.900.000,00	2.900.000,00	2.990.000,00
Unidade:	50.01 - Regime Próprio de Previdência Social - RPPS							2.900.000,00	2.900.000,00	2.890.000,00
180	2.500 - Pagamentos a Beneficiários do RPPS Pagamentos Efetuados(SER)	A	1	09.272.0032				2.675.000,00	2.675.000,00	2.675.000,00
								2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
					3.1.90.01.00.00.00.00	00010050	03.03.00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
					3.1.90.03.00.00.00.00	00010050	03.03.00	280.000,00	280.000,00	280.000,00
					3.1.90.91.00.00.00.00	00010050	03.03.00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
181	2.501 - Manutenção do Fundo Municipal de Previdência Social - RPPS	A	1	04.122.0031				25.000,00	25.000,00	25.000,00
								25.000,00	25.000,00	25.000,00
					3.3.20.01.00.00.00.00	00010050	03.01.00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
					3.3.20.03.00.00.00.00	00010050	03.01.00	25.000,00	25.000,00	25.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas
Situação: Alteração em 02/07/2021 (C)

Prior.	Ação / Produto (UA)	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projção 2023	Projção 2024
Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL - R.P.P.S									
Órgão: 50.00 - Regime Próprio de Previdência Social - RPPS									
Unidade: 50.01 - Regime Próprio de Previdência Social - RPPS									
	3.3.90.14.00.00.00.00			00910050		03.01.00	2.900.000,00	2.900.000,00	2.900.000,00
	3.3.90.39.00.00.00.00			00910050		03.01.00	2.900.000,00	2.900.000,00	2.900.000,00
							2.675.000,00	2.675.000,00	2.675.000,00
							15.000,00	15.000,00	15.000,00
							30.000,00	30.000,00	30.000,00
Unidade: 50.99 - Reserva de Contingência do RPPS									
	182.9.050 - Reserva de Contingência do RPPS	R	1.99.999.0030	9.9.98.88.00.00.00	00910050	03.01.00	225.000,00	225.000,00	225.000,00
	Eventos(EVE)						225.000,00	225.000,00	225.000,00
Entidade: 4 - CAMARA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL									
Órgão: 01.00 - Câmara Municipal de Vereadores									
Unidade: 01.01 - Secretarias da Câmara									
184.2.110 - Manutenção das Atividades Legislativas									
Órgão Gerido(ORG)									
		A	1.01.031.0025	3.1.90.11.00.00.00.00	00910001	00.00.00	843.000,00	843.000,00	843.000,00
							843.000,00	843.000,00	843.000,00
							500.000,00	500.000,00	500.000,00
							5.000,00	5.000,00	5.000,00
							1.000,00	1.000,00	1.000,00
							10.000,00	10.000,00	10.000,00
							10.000,00	10.000,00	10.000,00
							2.000,00	2.000,00	2.000,00
							10.000,00	10.000,00	10.000,00
							50.000,00	50.000,00	50.000,00
							15.000,00	15.000,00	15.000,00
							5.000,00	5.000,00	5.000,00
							20.000,00	20.000,00	20.000,00
							30.000,00	30.000,00	30.000,00
							5.000,00	5.000,00	5.000,00
							10.000,00	10.000,00	10.000,00
185.2.113 - Aquisição de Equipamentos									
Equipamentos adquiridos(ORG)									
		A	1.01.031.0025	4.4.90.52.00.00.00.00	00910001	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
186.2.115 - Conservação do Prédio da Câmara									
Prédio conservado(PRE)									
		A	1.01.031.0025	3.3.90.30.00.00.00.00	00910001	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
							10.000,00	10.000,00	10.000,00
187.2.116 - Treinamento de Vereadores e Servidores									
Pessoas beneficiadas(PES)									
		A	1.01.031.0025	3.3.90.14.00.00.00.00	00910001	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
							10.000,00	10.000,00	10.000,00
							10.000,00	10.000,00	10.000,00
							10.000,00	10.000,00	10.000,00

RECURSOS JUNTA DO RIO BRANCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

Relação de Despesas - Planejadas

Sessão: Alteração em 05/07/2021 (C)

Priori.	Ação /	Produto (LIM)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2022	Projeção 2023	Projeção 2024	
Entidade: 4 - CAMARA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL												
Órgão: 01.00 - Câmara Municipal de Vereadores												
Unidade: 01.01 - Secretaria da Câmara												
188	2.112 - Contribuição Patronal ao RGPS		A	1	09.271.0025	3.1.90.13.00.00.00.00	00010001	00.00.00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	
Pagamentos Efetuados(VER)												
169	2.111 - Contribuição Patronal ao RPPS		A	1	08.272.0025	3.1.91.13.00.00.00.00	00010001	00.00.00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	
Pagamentos Efetuados(SER)												
190	2.114 - Divulgação dos Atos do Legislativo		A	1	01.031.0025	3.3.90.39.00.00.00.00	00010001	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	
Materiais publicados(MES)												
									Total geral:	21.366.150,00	22.428.350,00	23.467.350,00

Município de: MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em		II-Metas Realizadas em		Variação		
	2020 (a)	% PIB	2020 (b)	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	19.500.000,00		17.851.390,87		108,45%	-1.548.609,13	-7,94%
Receita Primárias (I)	17.177.400,00	117,78%	16.873.685,76	101,82%		-303.714,24	-1,77%
Despesa Total	19.500.000,00	117,78%	18.315.812,71	110,83%		-1.184.187,29	-6,07%
Despesa Primárias (II)	18.473.000,00	117,62%	18.315.812,71	110,83%		-1.157.187,29	-6,24%
Resultado Primário (I-II)	- 2.295.600,00		- 1.442.126,95			853.473,05	-37,18%
Resultado Nominal	2.098.600,00				-8,71%		
Dívida Pública Consolidada	27.000,00		66.518,88		0,00%	- 2.098.600,00	-100,00%
Dívida Consolidada Líquida	27.000,00		541.038,84		0,40%	- 38.518,88	-146,37%
					-3,27%	- 588.038,84	-2103,65%

FONTE: Sistema «Norma», Unidade Responsável «Norma», Data da emissão «dd/mm/aaaa» e hora de emissão «hh e mm»

Valor da Receita Corrente Líquida de 2020 **18.566.231,67**

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2020), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2020 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ -1.442.126,95, valor -37,18% inferior à meta estabelecida para o ano, que era de R\$ -2.295.600,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) não foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 16.873.685,76, frustrando em -1,77% a projeção para o período de R\$ 17.177.400,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 18.315.812,71, estabelecendo-se -5,94% abaixo da previsão orçamentária. Não obstante a sua retração, corresponderam a -37,18% do total das receitas primárias comprometendo, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

A dívida consolidada totalizou R\$ 66.518,88, valor 146,37% superior ao saldo de R\$ 27.000,00 estimado para o exercício.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2020, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 27.000,00. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquela ano era de R\$ 0,00 que, comparado com o montante apurado ao final do ano anterior (2019), não apresentou alteração de saldo, de acordo com os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais, representa o Resultado Nominal pelo critério Abaixo da Linha.

MUNICÍPIO DE: MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
ANEXO IV

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
(Art. 45 da LRF)

Identificação dos Projetos	Início Execução	Valor do Projeto	Execução %			Recursos Priorizados p/2022		
			Até Exercício Anterior 2020	Previsão para Exercício 2021	A Executar em 2022	Projetos em Execução	Conservação do Patrimônio	Novos Projetos
Conservação do Prédio da Câmara Municipal	01/01/2022					20.000,00		
Conservação do Centro Administrativo	01/01/2022					60.000,00		
Conservação dos Prédios Escolares	01/01/2022					50.000,00		
Conservação dos Postos de Saúde	01/01/2022					55.000,00		
Pavimentação de Vias Públicas	01/01/2022					5.000,00		
Total dos Recursos a Priorizar						-	190.000,00	-



Município de : MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	-		
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	50.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva e contingência	50.000,00
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	50.000,00	SUBTOTAL	50.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	50.000,00	TOTAL	50.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possíveis obrigações em 2022, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município/da entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2022.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade de ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas (abertura de créditos especiais e/opu extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).

Município de : MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2022
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	

Fonte:

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2022, adequar-se-ão às receitas do Município.

Município de : MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 EXERCÍCIO DE 2022

R\$ 1.00

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO

VALORES A PREÇOS CORRENTES

	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %
Receita Total	16.630.000,00	19.500.000,00	17,26%	18.280.000,00	-6,21%	20.186.150,00	10,42%	21.228.350,00	5,11%	22.267.350,00	4,89%
Receitas Primárias (I)	15.050.000,00	17.177.400,00	14,14%	16.778.000,00	-2,33%	19.181.150,00	14,32%	20.213.350,00	5,38%	21.262.350,00	5,14%
Despesa Total	16.630.000,00	19.500.000,00	17,26%	18.200.000,00	-6,21%	21.366.150,00	16,98%	22.428.350,00	4,92%	23.467.350,00	4,63%
Despesas Primárias (II)	16.630.000,00	19.473.000,00	17,10%	18.210.000,00	-6,49%	21.366.150,00	17,50%	22.428.350,00	4,82%	23.467.350,00	4,63%
Resultado Primário (I - II)	- 1.580.000,00	- 2.295.600,00	45,29%	- 1.432.000,00	-37,62%	- 2.215.000,00	54,68%	- 2.215.000,00	0,00%	- 2.215.000,00	0,00%
Resultado Nominal	1.799.396,32	2.066.600,00	19,46%	-	-100,00%	- 2.215.000,00	0	- 2.215.000,00	0,00%	- 2.215.000,00	0,00%
Dívida Pública Consolidada	-	27.000,00	0	80.000,00	196,30%	22.172,96	-72,28%	28.563,95	33,33%	17.245,64	-41,67%
Dívida Consolidada Líquida	-	27.000,00	0	80.000,00	196,30%	484.657,19	-708,20%	341.998,94	-29,48%	275.652,05	-19,40%

ESPECIFICAÇÃO

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %
Receita Total	18.330.715,51	20.564.700,00	12,19%	18.280.000,00	-11,09%	19.462.416,88	6,41%	19.790.187,39	1,68%	20.099.533,29	1,56%
Receitas Primárias (I)	16.589.132,20	18.115.286,04	9,20%	16.776.000,00	-7,36%	18.484.282,18	10,17%	18.843.950,86	1,95%	19.183.347,55	1,80%
Despesa Total	18.330.715,51	20.564.700,00	12,19%	18.200.000,00	-11,06%	20.818.820,47	12,73%	20.808.890,67	1,41%	21.182.708,43	1,31%
Despesas Primárias (II)	18.330.715,51	20.536.225,80	12,03%	18.210.000,00	-11,35%	20.818.820,47	13,23%	20.808.890,67	1,41%	21.182.708,43	1,31%
Resultado Primário (I - II)	- 1.741.583,31	- 2.420.939,76	39,01%	- 1.432.000,00	-40,85%	- 2.134.528,28	49,06%	- 2.064.939,81	-3,28%	- 1.966.360,78	-3,18%
Resultado Nominal	1.936.019,32	2.213.183,65	14,32%	80.000,00	-100,00%	21.367,41	-73,29%	27.561,07	29,99%	15.566,70	-43,52%
Dívida Pública Consolidada	-	26.474,20	-	80.000,00	180,66%	487.338,53	-684,17%	318.929,45	-31,78%	246.819,20	-21,99%
Dívida Consolidada Líquida	-	26.474,20	-	80.000,00	180,66%	487.338,53	-684,17%	318.929,45	-31,78%	246.819,20	-21,99%

Fonte: Sistema «Nome», Unidade Responsável «Nome», Data da emissão «dd/mm/aaaa» e hora de emissão «hh: e mm»

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STM, o objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2022), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2019, 2020 e 2021), bem como para os dois seguintes (2023 e 2024), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2019, 2020 e 2021 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores do previsto do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de : MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
Contribuintes do IPTU	Isentos	Aposentados	1.000,00	1.033,70	1.067,61	Vide Observação abaixo
Contribuintes do IPTU	Desconto	Contribuintes que optarem pelo pagamento a vista	90.000,00	93.033,00	96.084,48	
Contribuintes do ISS	Desconto	Contribuintes que optarem pelo pagamento a vista	5.000,00	5.168,50	5.338,03	
Contribuintes da Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia (Licença de Alvará)	Desconto	Contribuintes que optarem pelo pagamento a vista	25.000,00	25.842,50	26.690,13	
TOTAL			121.000,00	125.077,70	128.190,25	

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2022 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2023 e 2024, foram calculados a partir dos valores de 2022, após sendo-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2023: 3,37%

Inflação para 2024: 3,28%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de IPTU para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13 e, 60 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 49, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados	2.817.333,06	2.483.582,77	2.753.821,82
Civil	464.892,29	495.560,98	534.975,34
Ativo	464.892,29	495.560,98	534.975,34
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	929.832,61	1.019.506,31	1.167.396,77
Civil	929.832,61	1.019.506,31	1.167.396,77
Ativo	929.832,61	1.019.506,31	1.167.396,77
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	1.422.508,16	1.988.021,79	1.051.449,71
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	1.422.508,16	1.988.021,79	1.051.449,71
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	2.417.233,06	3.503.089,08	2.753.821,82
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Benefícios - Civil	1.298.403,81	1.448.958,01	2.052.565,25
Aposentadorias	1.140.566,06	1.281.326,84	1.508.615,00
Pensões	157.839,85	165.631,17	175.447,22
Outros Benefícios Previdenciários			368.503,03
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	28.000,00	15.835,00	11.280,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	28.000,00	15.835,00	11.280,00
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	1.326.403,91	1.464.793,01	2.063.845,25
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	1.090.829,15	2.038.296,07	689.976,57
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
VALOR	2.092.500,00	895.000,00	1.225.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações	17.270.828,21	19.511.124,28	20.001.020,85
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (VI)			
Recosta de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Recosta de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Recosta Patrimonial			
Recostas Imobiliárias			
Recostas de Valores Mobiliários			
Outras Recostas Patrimoniais			
Recosta de Serviços			
Outras Recostas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Recostas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Recostas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VI + VII)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2018	2019	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reservas			

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2018	2019	2020
DESPESAS CORRENTES (XIII)			
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)			
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)			

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d) = (d Exercício)

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício

	(a)	(b)	(c) = (a/b)	(d) = (d exercício anterior) x 1,1

FONTE: Sistema <istema>, Unidade Responsável: <Unidade Responsável>. Emissão: <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>. Assinado Digitalmente no dia
 NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, esse receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão de receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LDA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, à valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2020.

Município de : MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RS 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2018			4.178,37
RECEITAS DE CAPITAL	-	171.000,00	227.600,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	171.000,00	227.600,00
Alienação de Bens Móveis	-	171.000,00	227.600,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	75,89	3.506,23	5.661,16
TOTAL	75,89	174.506,23	237.439,53

DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	29.459,00	197.560,99	183.750,00
Investimentos	29.459,00	197.560,99	183.750,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	29.459,00	197.560,99	183.750,00
SALDO FINANCEIRO	1.231,66	30.614,77	53.689,53

Fonte: Sistema «Nome», Unidade Responsável «Nome», Data de emissão «dd/mm/aaaa» e hora de emissão «hh e mm»

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2018, 2019 e 2020).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento da despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	11.749.134,80	100,62%	10.195.062,59	86,77%	10.843.190,79	106,36%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	(72.307,43)	-0,62%	1.554.072,21	13,23%	(648.128,20)	-6,36%
TOTAL	11.676.827,37	100,00%	11.749.134,80	100,00%	10.195.062,59	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	2.561.440,29	-7950,14%	3.782.530,68	147,67%	4.649.694,17	122,93%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(2.593.659,08)	8050,14%	(1.221.090,39)	-47,67%	(867.163,49)	-22,93%
TOTAL	(32.218,79)	100,00%	2.561.440,29	100,00%	3.782.530,68	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	14.310.575,09	122,89%	13.977.593,27	97,67%	15.492.884,96	110,84%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(2.665.966,51)	-22,89%	332.981,82	2,33%	(1.515.291,69)	-10,84%
TOTAL	11.644.608,58	100,00%	14.310.575,09	100,00%	13.977.593,27	100,00%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2018, 2019 e 2020), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência na variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 979/2005, está sobre a gestão do Fundo de Previdência Social do Município - FPAS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2018 a 2020, aponta que o saldo patrimonial decresceu de R\$ 13.977.593,27 em 31.12.2018 para R\$ 11.644.608,58 em 31.12.2020.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2020 com déficit patrimonial, cujo principal fator foi o aumento do passivo atuarial.

Município de : MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor		% PIB (a / PIB) x 100	Valor Constante	Valor		% PIB (b / PIB) x 100	Valor Constante	Valor		% PIB (c / PIB) x 100	Valor Constante
	Corrente (a)				Corrente (b)				Corrente (c)			
Receita Total RPPS	2.900.000,00	2.794.642,00	100,00	2.794.642,00	2.900.000,00	100,00	2.703.532,94	2.900.000,00	2.900.000,00	100,00	2.617.673,25	2.900.000,00
Receitas Primárias RPPS (I)	1.900.000,00	1.830.972,34	93,73	1.830.972,34	1.900.000,00	94,73	1.771.280,20	1.900.000,00	1.900.000,00	94,73	1.715.027,30	1.900.000,00
Despesa Total RPPS	2.900.000,00	2.794.642,00	100,00	2.794.642,00	2.900.000,00	100,00	2.703.532,94	2.900.000,00	2.900.000,00	100,00	2.617.673,25	2.900.000,00
Despesas Primárias RPPS (II)	2.900.000,00	2.794.642,00	100,00	2.794.642,00	2.900.000,00	100,00	2.703.532,94	2.900.000,00	2.900.000,00	100,00	2.617.673,25	2.900.000,00
Resultado Primário RPPS (I - II)	- 1.000.000,00	- 963.669,65	- 33,23	- 963.669,65	- 1.000.000,00	- 34,48	- 932.252,74	- 1.000.000,00	- 1.000.000,00	- 34,48	- 902.645,95	- 1.000.000,00

R\$ 1,00

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de: MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
 TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ANNA DA LINDA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	17.591.773,90	17.713.673,72	18.390.000,00	20.196.150,00	21.228.350,00	22.267.350,00
(-) Aplicações Financeiras em Geral	18.976,35	6.423,07	37.000,00	35.000,00	15.000,00	15.000,00
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	2.127.574,24	1.071.282,04	500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	15.266.922,71	16.645.968,61	17.853.000,00	19.161.150,00	20.213.350,00	21.252.350,00
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	1.035.604,18	227.717,15	-	-	-	-
(-) Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	20.825,90	2.797,84	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	1.012.778,28	234.915,31	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (II + I + II)	16.279.700,99	16.870.883,92	17.853.000,00	19.161.150,00	20.213.350,00	21.252.350,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Pagamento	Pagamento	Pago Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	15.670.436,32	17.326.176,09	18.805.000,00	20.882.900,00	21.582.900,00	22.161.900,00
(-) Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	15.670.436,32	17.326.176,09	18.805.000,00	20.882.900,00	21.582.900,00	22.161.900,00
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	950.964,08	989.636,62	609.000,00	288.290,00	970.450,00	1.000.450,00
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Capital de Integridade	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	950.964,08	989.636,62	609.000,00	288.290,00	970.450,00	1.000.450,00
DESPESAS PRIMÁRIAS ANTES DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI = IV + V)	16.621.390,40	18.315.812,71	19.414.000,00	21.171.190,00	22.553.350,00	23.162.350,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREVISÃO (VII)	-	-	-	375.000,00	275.000,00	275.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS APÓS A RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VIII = VI + VII)	-	-	-	21.546.190,00	22.828.350,00	23.437.350,00
META DE RESULTADO PRIMÁRIO A SER CONSIDERADA (IX = VIII - VII)	961.578,41	1.664.904,79	1.507.000,00	1.715.000,00	2.253.000,00	2.215.000,00

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofc - União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofc - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofc - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.2.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofc - União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofc - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofc - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofc - União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofc - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofc - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofc - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofc - Estado	-	-	-	-	-	-

3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofis - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.6.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofis - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofis - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofis - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obrigados - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obrigados - Inter Ofis - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obrigados - Inter Ofis - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obrigados - Inter Ofis - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obrigados - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS RENDIMENTOS FINANCEIROS PRECATORIOS (IX)						
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X=VII+VIII-IX)	- 363.579,62	- 1.666.324,79	- 1.537.000,00	- 3.514.000,00	- 7.214.000,00	- 3.214.000,00




Município de: MOERLONÓIS DO SUL
 LEI DE ORÇAMENTO ORÇAMENTÁRIAS PARA 2012
 TABELA 01 - Demonstrativo do Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.015	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	66.518,88	-	22.172,86	29.563,95	17.246,64
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	-	-	-	-	-	-
Previdências posteriores a 05-05-2008	-	66.518,88	-	22.172,86	29.563,95	17.246,64
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	913.831,94	687.538,62	-	507.130,15	371.562,89	292.897,68
Disponibilidade da Caixa Bruta	928.388,68	796.246,09	-	574.201,58	458.815,88	363.872,49
(-) Restos a Pagar Processados	12.528,74	188.887,54	-	67.071,43	85.252,89	50.774,81
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(913.831,94)	(541.038,64)	-	(484.957,19)	(341.998,64)	(275.652,05)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.015	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	-	-	-	-	-	-
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema «Fluxus». Unidade Responsável «Rafael». Data da elaboração «08/08/2011» e hora de emissão «16h:11:00».

Dívida Pública Consolidada – é o montante total apurado:
 - das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
 - das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
 - das parcelas judiciais em litígio a partir de 5 de maio de 2000 e não pagas durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídas.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : MORRINHOS DO SUL

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2022 a 2024

PODER EXECUTIVO	2022	2023	2024
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso II do artigo 20 da LRF)	13.202.001,00	13.857.650,00	14.517.009,00
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	12.541.900,95	13.164.765,55	13.791.158,55
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	11.881.800,90	12.471.902,10	13.065.308,10

PODER LEGISLATIVO	2022	2023	2024
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso II do artigo 20 da LRF)	1.496.889,00	1.538.741,00	1.613.001,00
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.393.544,55	1.462.753,95	1.532.350,95
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.320.200,10	1.385.766,90	

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

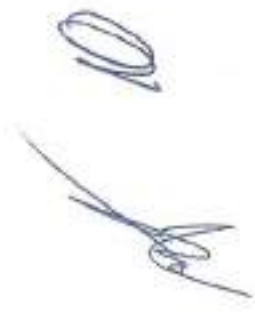
IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) se quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : MORRINHOS DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
 Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
 Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 04/2021, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2022	2022	2022
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	23.357.150,00	24.555.350,00	25.760.350,00
II - DEDUÇÕES			
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	600.000,00	600.000,00	600.000,00
Compensação Financeira entre Regimes	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Deduções da Receita Corrente	3.161.000,00	3.327.000,00	3.493.000,00
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	1.091.000,00	1.107.000,00	1.123.000,00
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (-II+III)	24.448.150,00	25.662.350,00	26.883.350,00



Município de : MORRINHOS DO SUL
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
 TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	4,31%	4,52%	5,46%	3,77%	3,37%	3,28%
VARIAÇÃO PIB	1,10%	-4,10%	4,30%	2,43%	2,48%	2,48%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	1,67%	9,80%	1,10%	4,19%	5,03%	3,44%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIÇOS	1,30%	1,96%	3,60%	2,28%	2,61%	2,83%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	10,63%	1,94%	-3,85%	2,91%	0,33%	-0,20%
CRESC.REAL DAS TRANSFERENÇAS DA UNIÃO	3,88%	8,39%	1,29%	4,51%	4,73%	3,51%
CRESC.REAL DAS TRANSFERENÇAS DO ESTADO	3,28%	2,30%	-11,07%	-1,83%	-3,53%	-5,48%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	4,00%	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	4,00%	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	46,47%	3,66%	-48,63%	0,50%	-14,62%	-20,98%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	6,50%	4,90%	5,81%	6,42%	6,46%	6,37%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	3,65	3,94	5,25	5,25	5,13	5,08

1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origens/específicas/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.
 2 - Os percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Selic e Taxa de Câmbio foram extraídos do Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil (<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>)

Handwritten signature and initials.